

RESENHA

EDUCAÇÃO E GOVERNO: do nascimento ao desenvolvimento da sala de aula



Por: *Thamires Senem*
Universidade Federal de Blumenau,
Blumenau, SC, Brasil

DUSSEL, Inés; CARUSO, Marcelo. *A invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar*. São Paulo: Moderna, 2003. 255p., il. (Educação em pauta). Tradução de: La invención del aula.

A Invenção da sala de aula, de Inés Dussel e Marcelo Caruso (2003), retrata a genealogia das formas de ensinar, traçando o papel da igreja, do governo e da sociedade na educação até o final do século XX. O livro está organizado em cinco capítulos e conta também com dois ensaios: um no final do segundo capítulo e o outro no final do quarto.

No primeiro capítulo, *Sala de aula? Genealogia? Definições para iniciar o percurso*, os autores situam os leitores acerca do próprio título do livro, apresentando o significado dos termos utilizados. Através da genealogia, baseada em uma análise crítica e um estudo aprofundado da história da educação, a sala de aula é vista como materialidade e como forma de comunicação objetivadas em transformar o indivíduo por meio de técnicas de condução, garantindo formas de convivência social e que, ao decorrer do tempo, foi passando por inovações científicas e filosóficas. A educação se vincula ao poder que exprime uma obediência moral e coletiva, tornando-se, de maneira imperceptível, parte do cotidiano social.

No capítulo dois, *Nasce a sala de aula: o papel da religião como parteira*, aborda-se a construção da sala de aula, definindo a religião como sua fonte originária. No final da Idade Média, a educação era associada à transmissão da cultura, de modo que para fazer parte de uma civilização era necessária uma educação cristã ministrada nas casas dos *intelectuais*. A sala de aula começou a desenvolver-se nos séculos XV e XVI quando os avanços científicos e as fortes mudanças ocorreram na sociedade. A reforma protestante foi uma delas, desencadeando uma divisão entre religiões e pedagogias. É nesse contexto em que surge a necessidade de ensinar o povo a ler a bíblia em outras línguas, possibilitando assim a circulação do conhecimento em outros idiomas diferentes do latim.

Dentre as demais ordens religiosas à época, a dos jesuítas prezava a devoção ao Papa e a dedicação à educação individual da juventude. Na modernidade do século XVI, as igrejas necessitavam criar um espaço específico para disseminar suas crenças. Os protestantes, assim, criaram a *escola elementar*, desencadeando um ambiente escolar organizado em diferentes níveis definidos a partir de graus de eficiência e de idade. A representação da sala de aula ganha atitude dominadora expressada pelo “poder pastoral”: ser um bom pastor era garantir ordem e a atenção do seu rebanho. Professores se deslocavam de diferentes países para ministrarem aulas que eram lideradas com base na “conduta de si mesmo” (DUSSEL, CARUSO, 2003, p. 64) e vinculadas à boa e à má consciência, como defendiam os protestantes.

Por sua vez, Jan Amos Comenio (1592-1670), um dos autores estudados por Dussel e Caruso, preocupava-se com o ensinamento da Bíblia para a grande massa. O autor reestruturou a sala de aula com seu método global, centralizando-a no educador que conduzia os alunos através da fala direta, procurando estabelecer uma obediência natural do indivíduo. Diferente dos

jesuítas que defendiam um aspecto individualizador de educação, a nova pedagogia propagava o ensino coletivo, privilegiando as classes burguesas.

No contexto escolar do final do século XVII, o francês Juan Batista de La Salle (1651-1719) insere métodos mais atualizados voltados às classes menos prestigiadas da época e reorganiza a estrutura educacional com a criação de um manual de conduta, o qual informava como deveria ser a postura do professor em relação aos alunos e o que deveria ser exigido por ele.

No primeiro ensaio, *A pedagogia e suas metáforas*, os autores tratam das figuras escolares de linguagem usadas na época como no poder pastoral que referencia o professor a um rebanho ou os alunos a um exército a ser controlado. Segundo Dussel e Caruso, essas metáforas formam diversos pontos de vista para um mesmo termo, desvirtuando, muitas vezes, seu verdadeiro significado. Como exemplo, Comenio representa o docente como o *sol*.

Nessa representação, pode-se interpretar que o professor é responsável por *iluminar* seus alunos, mas, por outras vias, pode tomá-los como vivenciadores de um mundo repleto de escuridão, onde apenas o docente é a luz da sabedoria. Maneiras como essas fazem parte das estratégias presentes na sociedade e são capazes de desviar o foco do verdadeiro sentido de um discurso, não apenas na educação, mas em várias situações em nosso cotidiano. Os autores escrevem que “se um tipo de metáfora torna-se mais importante em uma cultura, esse fato indica o que está ocorrendo nessa cultura”. (DUSSEL, CARUSO, 2003, p. 100)

O terceiro capítulo, *A sala de aula cresce: a disciplina nos tempos da Revolução Industrial*, aborda as diversas mudanças que os séculos XVIII e XIX

trouxeram à sociedade europeia, entre elas, a Revolução Industrial. Dela resultaram os avanços tecnológicos das indústrias que deslocaram os camponeses para as grandes cidades e trouxeram desestabilidade para a igreja que passa a perder o controle através de suas antigas técnicas. Essa separação entre a igreja e o Estado é outra marca da mudança do período iluminista que promovia a “liberdade, igualdade e fraternidade”, influenciando futuramente a Revolução Francesa.

Com a educação obrigatória estabelecida entre 1763 e 1803, as crianças eram estimuladas a pensar com apoio de livros didáticos criados pelo método catecismo, conhecido por mecanizar o ensino através do intermédio de perguntas já respondidas. Estes avanços acarretaram quatro consolidações da sala de aula.

A primeira consolidação foi instaurada com a Escola Prussiana. Destacam-se assim os primeiros pensamentos de Kant (1724-1804) sobre o governo e a educação em um mesmo espaço como forma de humanizar o *homem-animal*. O grande problema era a “massividade” de estudantes em uma única sala de aula, fruto do capitalismo, que julgava antieconômico o desperdício de tempo no ensino individual.

A segunda, deve-se à criação do *Método Mútuo*: os professores eram responsáveis por guiar o grupo de alunos por completo, enquanto monitores conduziam individualmente os outros. Esse método foi logo abolido, pois interferia na autoridade do docente que deveria ser reconhecida independentemente de sua presença.

A terceira é instituída com princípios pestalozzianos e com as teorias de Herbart (1776-1841) que valorizavam um ensino natural e individual de desenvolvimento a partir de didáticas pré-estabelecidas vinculadas ao governo,

à instrução e à disciplina. Mais tarde, o contexto educacional sofreria novas modificações com a chegada de Samuel Wilderspin (1792-1866), defensor do desenvolvimento crítico dos alunos e da sua relação afetiva com o educador. Segundo os autores, essa questão trazida por Wilderspin efetiva a quarta e última consolidação da sala de aula.

O quarto capítulo, *A sala de aula em idade de casar: a tática escolar no século 20*, versa sobre o desenvolvimento do biopoder e o triunfo do capitalismo. O sistema educacional normatizador é solidificado. A nova estratégia de poder passa a tratar as crianças como adultas em meio a um sistema homogêneo para uma heterogeneidade de pensamentos, corrigindo os indivíduos que se desviavam das normas.

Nesse sentido, a filosofia positivista surge exaltando os métodos científicos e mostrando que o reinado da ciência conduziria a uma forma de conhecimento natural através de fontes concretas. Nesse período, as *críticas escolanovistas* começam a fazer parte do contexto escolar na defesa de que a educação não apenas prepara para a vida, mas faz parte dela também. O professor é responsável pela formação do estado intelectual, autônomo, crítico e físico da criança, não tendo ele de normatizar um ensino.

Com isso, a escolarização deveria seguir o desenvolvimento da criança de modo que adaptações, como os jardins de infância, eram consideradas formas mais realistas e acessíveis de educação. Além disso, acreditavam que se a criança se mostrasse satisfeita com o ambiente em que habita, a partir de sua vontade, ela estabeleceria conexão com as normas de condutas exigidas.

No ensaio *A autoridade da pedagogia*, após o capítulo quatro, os autores fazem alusão ao termo autoridade na formação da identidade pedagógica do

professor e no uso de sua liberdade, citando Max Weber (1864-1920): “a autoridade deve ser analisada de acordo com o tipo de controle que se exerce” (DUSSEL, CARUSO, 2003, p. 227). O professor pode manifestar seu poder de duas formas: como uma autoridade legal-racional, baseada em estudos científicos e filosóficos, ou pela autoridade carismática, suprindo suas inseguranças com carisma, arriscando evidenciar uma falta de saber. O docente pode e deve, com base nas suas escolhas, optar pela melhor forma que cabe a ele ensinar, mas a partir dos métodos já historicamente definidos. Essa autoridade, condicionada a partir das restrições e das regras governamentais, impede o total controle do professor dentro da sala de aula.

À guisa de conclusão: perguntas sobre o futuro da sala de aula, no último capítulo, Dussel e Caruso defendem que construir regras é necessário desde que elas estejam abertas a futuras mudanças. Uma forma de condução linear nunca existiu e é através dessa desestabilidade que transformações escolares ocorreram. A escola é a instituição mais propícia para transmitir a cultura e sempre estará sujeita a inovações vinculadas às necessidades de sua sociedade. A materialidade da sala de aula se desdobra em uma comunicação com o objetivo de atender às funções sociais. Essa finalidade tem motivos lógicos, levando a criança, com base em modelos e em normas, a produzir *governamentalidade*. O livro esmiúça com mais detalhes as transformações que ocorreram na educação. Para que ela seja captada, requer dos seus futuros leitores uma leitura atenta aos propósitos de ensinar.

Referência

DUSSEL, Inés; CARUSO, Marcelo. *A invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar*. São Paulo: Moderna, 2003. 255p, il. (Educação em pauta). Tradução de: La invención del aula.

SOBRE A AUTORA:

THAMIRES SENEM é graduanda em Letras pela Universidade Regional de Blumenau (FURB) e vinculada ao Grupo de Pesquisa Políticas da Educação na Contemporaneidade (GPEC) da mesma instituição.

E-mail: thamysenem@hotmail.com

**Esta resenha contou com o apoio do Programa de Iniciação à Pesquisa (PIPe) do Governo do Estado de Santa Catarina, realizada sob orientação do Prof. Dr. Tiago Ribeiro Santos.*

Recebido em: 23.08.2018

Aceito em: 05.10.2018